

Al.
F. Gaspar



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Mandato 2021-2025

Sessão n.º 02

21 de abril de 2022

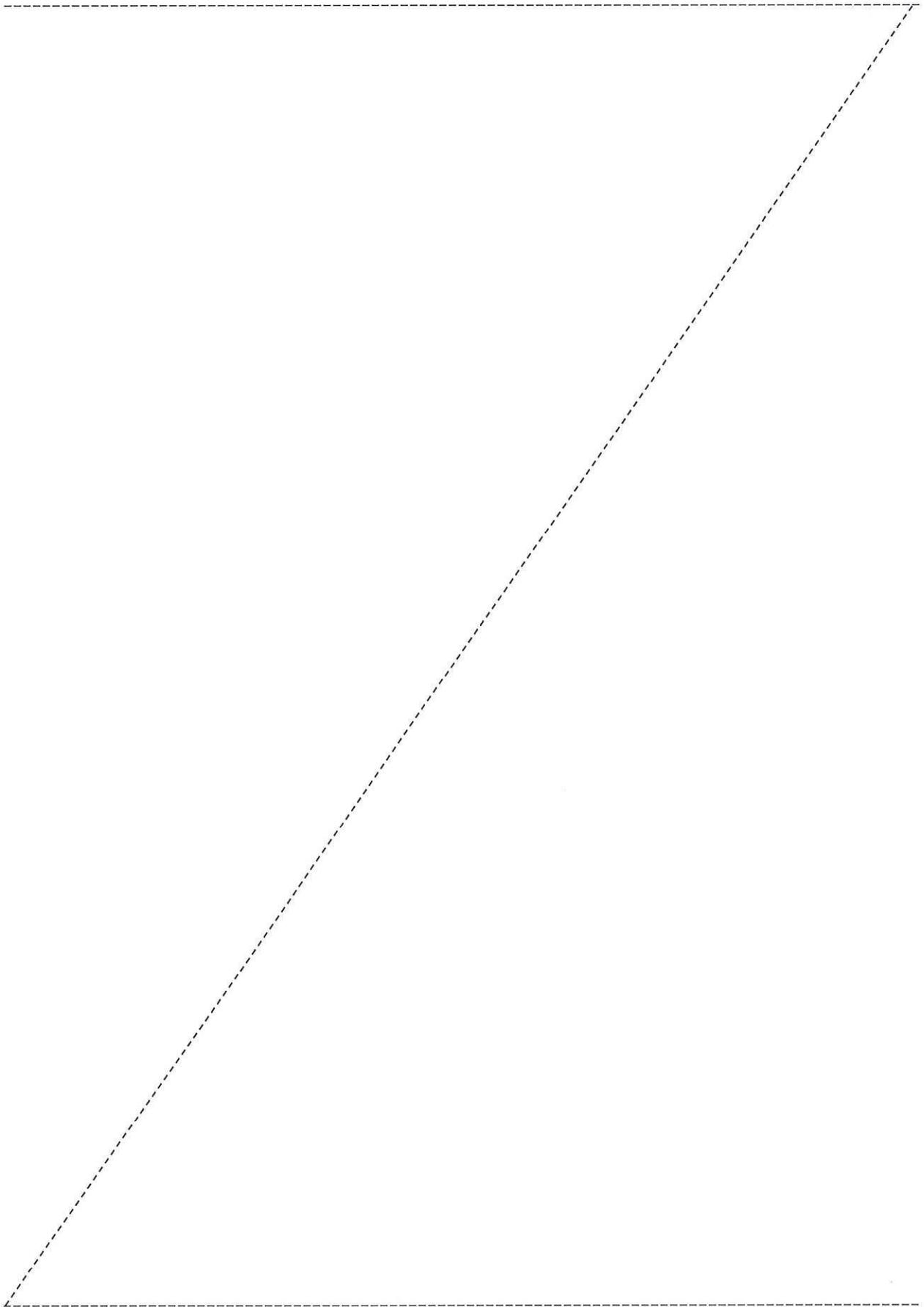
Sessão Ordinária

Início da sessão
21h15 horas

Términus da sessão
23h30 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino
Vice-Presidente da Mesa: Francisco Artur Gomes Gaspar
Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha

FD
F. barpar



ATA N.º 02

--- Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, no Cineteatro de Almeirim, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: Eurico Manuel Lopes Henriques, Gustavo Gaudêncio da Costa, Helena Maria Martinho Lopes Cláudio, Sónia Isabel Campos da Silva Colaço, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, João Pedro Antunes Osório, Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, António José da Fonseca Nobre, Nelson Caetano Rodrigues, Armando Jorge Adrião Calixto, Mário Jorge Campos Pereira, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, António José Rabaça Silva Ribeiro, Mário Rui Filipe Santos, Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes, José Augusto Santos de Jesus, Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra, Augusto Gonçalves Parreira, Pedro Miguel Martins Braz, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos, André Filipe Galvão Charrua (em substituição de Mara Lúcia Lagriminha Coelho), Luís Alberto Ferreira, Francisco Artur Gomes Gaspar, Rui Manuel Narciso Maltez, Daniel Teodoro Catarino Romão, Filipe Montez Coelho Madeira, Carlos Jorge Coelho Neto, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório, Nuno Miguel Ferreira Monteiro, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Alfredo José Carvalho Henriques da Silva, Dina Maria Gomes Rocha, Carla Patrícia Lopes Neto, Luís Manuel da Graça Batista e Filipe Frade Brígida.

--- Faltaram à sessão Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso e Edgar Carvalho Gomes (em substituição de Tiago Filipe Francisco Santos).

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata.

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos:

--- Ordem do Dia:

- 1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal;
- 2. Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2021;
- 3. Apreciação e votação de Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2021;
- 4. Apreciação e votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento para 2022 e Grandes

Opções do Plano 2022-2027, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2022-2027 agora revistas;-----

--- 5. Apreciação e votação de proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informando que deveria tomar posse António José da Fonseca Nobre (eleito pela CDU), Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes (eleito pelo PSD), Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra (eleita pelo PSD), Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório (eleita pelo PS), Nuno Miguel Ferreira Monteiro (eleito pelo BE), Rui Pedro de Sousa Barreiro (eleito pelo PS) e Augusto Gonçalves Parreira (eleito pelo PS).-----

--- Procedeu-se à tomada de posse dos senhores Deputados.-----

--- Passou-se de seguida à **apreciação e votação da ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 29 de dezembro de 2021**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (CDU)**, referindo que no ponto quatro da ata em apreciação, relativamente ao sentido de voto da eleição do Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal, este ponto teria sido aprovado por maioria, com oito votos brancos e vinte e quatro a favor, mas a ata mencionava que o ponto tinha sido aprovado por unanimidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, propondo a aprovação da ata em apreciação com a emenda "aprovada com maioria e oito votos brancos".-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 29 de dezembro de 2021, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (CDU)**, lembrando que se encontravam no mês de abril e que a CDU gostaria de fazer uma declaração relativamente a esta efeméride: "Com o 25 de abril de 1974 aconteceu uma explosão de Liberdade. Os Capitães de Abril desarmaram o regime opressor e as pessoas que saíram à rua naquele dia sentiram-se verdadeiramente cidadãos com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. E gritando exprimiram livremente o que pensavam. Liberdade de pensamento e de expressão, sim, mas também a liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, por mais saúde, educação e justiça para todos. Assim,

comemorar Abril exige afirmar o que a revolução representa e expressa enquanto processo libertador, que trouxe profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o Fascismo e combater o seu branqueamento. Celebrar Abril e assinalar o seu sentido transformador e revolucionário. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, em que muitos homens e mulheres pagaram com a própria vida. Comemorar Abril é assinalar e afirmar o Poder Local Democrático como uma das conquistas. Comemorar Abril é defender e valorizar o Poder Local, hoje ameaçado pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via das transferências de encargos por ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz em parte a uma mero executor técnico das opções de terceiros. Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação das regiões administrativas, completando assim o edifício do Poder Local. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar, se essa for a vontade dos que nos seus órgãos se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhes as mil vontades dos cidadãos que representam. Neste 48º aniversário do 25 de Abril, a CDU não quer deixar de falar sobre o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam. Por isso reafirmamos o espírito de serviço público que há 48 anos animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais em benefício das populações e cuja ação deixou uma marca indelével no nosso poder local. Viva o 25 de Abril.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, apresentando uma intervenção que pretendia que ficasse em ata, com o título "A criação de uma NUT II para Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Região Oeste": No passado dia 15 de outubro, o Parlamento aprovou por unanimidade uma resolução em que pediu ao Governo a apresentação, junto da Comissão Europeia, de um pedido para a criação de uma NUT II para Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste. Esta iniciativa da Assembleia da República teve por base dois projetos de resolução do PSD e do PS, visando abranger as atuais NUT's III da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, correspondendo a um total de 36 municípios. Em junho passado, na sequência da assinatura de um memorando de entendimento entre as três CIMs, já os presidentes destas três Comunidades Intermunicipais tinham lançado um repto ao Governo para esta nova reorganização administrativa neste território. Atualmente, para efeitos de fundos comunitários, as NUT's III do Oeste e do Médio Tejo estão afetas a NUT II do Centro, enquanto a NUT III da Lezíria do Tejo está afeta ao Alentejo, sendo que, para fins de ordenamento de território as competências mantêm-se na esfera da CCDR Lisboa e Vale do Tejo. No início de dezembro passado, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Primeiro-Ministro António Costa anunciou que o Governo iria apresentar a Bruxelas a presente proposta, acedendo assim ao desejo unânime dos deputados da Assembleia da República, bem como das respetivas Comunidades

Intermunicipais e autarcas da nossa região. O objetivo será que a partir de 2027 vigorem os novos limites territoriais, tendo em vista um novo período de programação de fundos comunitários. Neste seguimento, foi criado um grupo de trabalho que tem reunido quinzenalmente, nomeadamente com o Governo. O senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo já teve oportunidade de dizer que esta é uma luta antiga, sendo a criação desta nova NUT II fundamental para a vida das pessoas. Disse ainda que esta é uma reforma estrutural, que visa permitir uma estratégia integrada de desenvolvimento ao Oeste, à Lezíria e ao Médio Tejo. O grupo do PSD na Assembleia Intermunicipal saúda estas iniciativas, realçando a sua importância vital para o desenvolvimento da nossa região. Trata-se de se disponibilizar uma escala bem diferente da atual, na defesa dos interesses comuns das populações das três CIM's. Certamente poderemos ter estratégias concertadas e mais eficazes, como a coesão reforçada para temas como o Tejo, o ambiente, o turismo, as comunicações, a agricultura, a educação, a saúde, entre outros, alavancados por um aceso particularmente otimizado aos fundos comunitários". Após expor esta intervenção, o senhor Deputado questionou o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal sobre o progresso desta questão e a sua viabilidade de execução no início de 2027, solicitando que na eventualidade de já existirem conclusões documentadas que as mesmas fossem facultadas aos deputados da Assembleia. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, solicitando um ponto de situação sobre o Agrocluster e sobre o investimento previsto na ex-Estação Zootécnica Nacional, anunciado há algum tempo, mas que aparentemente tinha sofrido algumas vicissitudes. Exortou também que fossem tomadas e divulgadas medidas que a Comunidade e os municípios pudessem adotar, de modo a apoiar os refugiados ucranianos, que se encontravam na área de influência da região. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que relativamente à ITI, o senhor Primeiro-Secretário, António Manuel de Carvalho Torres, estava a participar nas reuniões técnicas com os Secretários Executivos das restantes CIM, sendo o conteúdo debatido nas mesmas de cariz público e previamente divulgado. Se permanecia alguma dúvida, o Primeiro-Secretário iria esclarecer. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que tinha sido enviada para Bruxelas a formalização desta nova NUT II, estando a questão a ser avaliada, existindo um conjunto de procedimentos a ser desenvolvidos quer pelas CIM, quer pelo Estado Português. A CIMLT estava a procurar criar condições para que, com as CCDR em causa, se pudesse definir uma ITI que correspondesse aos anseios das populações. Relativamente à NUT II, referiu que constará no novo quadro comunitário 2030, sendo os documentos disponibilizados na sua versão final, devido às alterações sucessivas que sofrem. Em relação ao Agrocluster, o senhor Presidente afirmou que a estratégia da Comunidade, cuja informação da intervenção era de domínio

público, passava por aplicar os fundos comunitários na criação de um polo agregador de investigação na área da agricultura, agroindústria, entre outras, sediada na Fonte Boa, em Santarém, ideia que as onze câmaras compreenderam, abdicando então de algum investimento em cada concelho para a concretização deste grande investimento com um conjunto de parceiros, sendo o primeiro o INIAV. No momento de executar os procedimentos e de iniciar as obras e respetivos concursos, compreendeu-se que tal não estava a decorrer como acordado, tendo sido dito a determinada altura que o INIAV tratava do assunto, passando o projeto a ser deles, o que, devido à sua incompetência, levou à não execução e conseqüente perda dos fundos. Juntamente com a CCDR, tentou-se garantir a possibilidade de no novo quadro comunitário serem alocados segundos fundos para este projeto. Transmitiu-se às devidas entidades a disponibilidade para tal realidade, sob a coordenação da CIM, que estaria disposta a colocar as verbas necessárias para a comparticipação nacional, sendo líder do projeto, não estando dependente de outros sem capacidade de liderança e execução. Em relação à questão dos refugiados, o senhor Presidente referiu que a Comunidade Intermunicipal, enquanto Comunidade, não tinha nenhuma intervenção, existindo resposta por parte dos Presidentes de Câmara nos seus territórios. -----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por dizer que, no que respeitava à ITI, estavam a acontecer algumas reuniões técnicas entre os três Secretários Executivos, o antigo Ministério da Modernização e da Coesão e as CCDR do Alentejo e do Centro, indo a CCDR-LVT acompanhando e tendo havido troca de informações. Na última reunião antes das eleições, tinha sido apresentado um esboço, que continha domínios estruturantes comuns, como era o caso do setor agroindustrial e do setor agrícola das três sub-regiões, nas quais se podia potenciar os centros de excelência e dinamizar a atividade económica nesta matéria e o ambiente. Aguardava-se o parecer das CCDR do Alentejo e do Centro. Aguardava-se também a retoma das reuniões, que desde meados de janeiro não ocorriam, com a instauração do novo Governo e respetivos gabinetes. Relativamente à Fonte Boa, o senhor Primeiro-Secretário esclareceu que o projeto era para e da região da Lezíria, porém, desde que a candidatura tinha sido aprovada na CCDR, há cerca de dois ou três anos, que a CIM parecia ter desaparecido do processo, tendo sido dito que o projeto pertencia ao INIAV. Referiu não ter sido por falta de alertas da Comunidade a quem de direito, para reunir com as entidades do memorando de entendimento, acabando por se perder quatro anos. O senhor Primeiro-Secretário terminou a sua intervenção dizendo que a estratégia da Lezíria para a contratualização do período 2020-2027 encontrava-se numa segunda fase da candidatura, de cariz mais imaterial, para complementar os recursos técnicos e de investigação existentes na Fonte Boa e para financiar os recursos humanos que procedessem a uma investigação em prol do setor agrícola e agroindustrial, bem como as empresas

do setor regional nesta matéria. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- Passou-se de seguida para o **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da atividade da Comunidade intermunicipal.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, abordando a atividade MAIS Lezíria e afirmando que este projeto, apesar de interessante, depois de um período em que esteve sem se realizar devido à pandemia, revelava falta de ambição e de espaço para progredir no domínio da atividade física para os cidadãos da Lezíria do Tejo. A atividade física e o desporto podiam assumir um papel muito relevante para os cidadãos, sendo Portugal o país mais sedentário da União Europeia, encontrando-se em vigésimo quinto lugar, empatado com a Bulgária e a Grécia, com 68% dos portugueses a não fazer/sem nunca ter feito qualquer atividade física e 65% dos portugueses com excesso de peso e obesidade, tendo peso para o Serviço Nacional de Saúde. Acrescentou que existem várias entidades, tais como a Organização Mundial de Saúde, a própria União Europeia, o IPDJ, com o Programa Nacional do Desporto para Todos e a DGS, com o Programa Nacional de Atividade Física e Bem-estar, necessitando o programa MAIS Lezíria de um impulso mais forte e coeso e, sobretudo, de uma orientação para a população adulta para cumprir objetivos de saúde e bem-estar. O senhor Deputado deixou nota para a realização de umas datas significativas que podiam constituir apelo para os cidadãos da Lezíria se tornarem mais ativos – o dia da atividade física, a 6 de abril, o dia da pessoa com deficiência, a 3 dezembro, o dia internacional da juventude, a 12 agosto, o dia da terceira idade, a 28 outubro, o mês do coração, em maio, o dia da luta contra obesidade, a 21 de maio, o dia olímpico, a 23 de junho e, por último, a semana europeia do desporto, na terceira semana de setembro, tendo o projeto MAIS Lezíria mais espaço no futuro para cumprir melhor a sua função. Relativamente ao INIAV, embora tivesse sido mencionado pelo senhor Deputado Rui Barreiro no Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Deputado questionou acerca da reunião entre a Comunidade e o Presidente do INIAV, constante na página quatro do documento distribuído, sabendo-se que por inação desta entidade tinham sido perdidos 5,2 milhões de euros de investimento no polo do INIAV – Fonte Boa, no concelho de Santarém, que afetava toda a região. Neste sentido, questionou quais tinham sido as justificações apresentadas pelo Presidente do INIAV para não fazer o que lhe competia e o que tencionava a Comunidade fazer para além de se recandidatar ao novo quadro e aos seus fundos. Questionou ainda, quanto ao documento na página 7, quais eram os projetos comuns dos municípios, para os quais tinha sido feito o pagamento para a avaliação e atualização da estratégia integrada de desenvolvimento territorial da Lezíria do Tejo para o período 2021-2027. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, solicitando pontos de

situação sobre a viabilidade da criação de uma empresa de transportes públicos da Lezíria do Tejo, sobre as conclusões do estudo modelo da mitigação dos impactos da transferência de competências, sobre a reunião para a elaboração das questões relativas à habitação social para eventuais candidaturas ao PRR, questionando se tinha sido feita com todos os municípios da Lezíria, e, por último, sobre a reunião com os técnicos da ADENE quanto às quotas da energia das comunidades energéticas. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que o MAIS Lezíria, assim como outros projetos da Comunidade, em última análise, eram os municípios que planeavam. O projeto tinha tido, no decorrer dos anos, vários objetivos importantes, não só de disponibilizar à população um conjunto de ofertas, mas também de promover um espírito diferente de união entre os vários técnicos dos municípios, que se foram conhecendo e adaptando, criando dinâmicas e procurando melhorar as suas atividades com base nos exemplos dos restantes. Afirmou ser claro que estes dois anos não tinham sido fáceis para a execução das atividades, fruto da pandemia, mas pretendia-se continuar a desenvolver este projeto, estando contemplado no novo quadro comunitário, devido às verbas existentes na área do desporto, algo que não se tinha verificado nos outros quadros. Sobre o INIAV, o senhor Presidente mencionou ter tido uma reunião agendada com o Presidente do INIAV, à qual este não tinha comparecido presencialmente, tendo o Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres, enviado um link para a mesma se realizar por vídeo conferência, não tendo o Presidente do INIAV comparecido de novo. O Presidente do INIAV tinha dado algumas justificações junto da CCDR. O senhor Presidente disse ter uma opinião pessoal para a resolução deste assunto. Não podendo resolver o assunto, afirmou que os Municípios estavam disponíveis para assumir o projeto com todos os encargos se fosse caso disso e, portanto, colocar toda a comparticipação nacional necessária, se não houvesse disponibilidade do Estado. Em relação à ITI, referiu que estavam num processo de trabalho, com temas em comum como o Tejo, a mobilidade e a eficiência energética. Prosseguiu dizendo que a CIMLT tem vindo a trabalhar numa série de áreas, como as comunidades energéticas. Lembrou que a CIMLT era a Comunidade do país que mais investia naquilo que era a eficiência energética e muitos dos concelhos da região estavam com energia led a 100%, o que representava mais de 2 milhões de euros de poupanças anuais na região, para além da redução de CO2. Relativamente aos transportes, ainda estavam a fazer uma avaliação e a recolher dados para análise e posterior decisão. Em relação à questão das transferências de competências, estavam a tentar perceber as consequências, nomeadamente as financeiras. Lembrou que havia por parte do Governo uma disponibilidade para rever um conjunto de critérios, nomeadamente os financeiros, e a Associação Nacional dos Municípios estava a desenvolver um trabalho junto dos vários ministérios, no

sentido de se criarem as condições para estas descentralizações, para que pudessem agradar a todos. O senhor Presidente mencionou também a habitação social e disse que era uma preocupação de todos os municípios, estando a fazer-se o possível para, através do PRR, terem mais habitação. Quanto às comunidades energéticas, considerou que a legislação não era muito clara em várias coisas. Ainda assim, estavam a trabalhar na possibilidade de haver produtores de energia. Ou seja, quando alguém estava a produzir em excesso, poderia partilhar nessa comunidade com quem não produzia o suficiente. Isto ainda era tudo muito recente. Mas frisou que queriam estar na primeira linha desta área, estando disponíveis enquanto Comunidade para desenvolver um conjunto de comunidades energéticas nos vários concelhos, porque, na opinião do senhor Presidente, essa independência energética beneficiaria a descarbonização e a redução de custos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, que, na sequência da questão do senhor Deputado Alfredo Silva e das explicações apresentadas, afirmou não lhe interessar atribuir culpas, mas sim compreender se o território ficava prejudicado, mais concretamente se os investimentos de vários milhões de euros previstos para a Estação Zootécnica Nacional tinham sido postos em causa por tal inércia. Questionou qual o montante que efetivamente se tinha perdido e o que se podia recuperar sobre o centro de investigação de excelência para a região. Afirmou ainda que, na sua visão pessoal, com a nova NUT, ter a administração central como interlocutor nem sempre resultaria e acreditava que os pólos do INIAV deveriam ser regionalizados, havendo, portanto, um balcão único nas regiões para gerir essas Direções Regionais. Terminou a sua intervenção afirmando ser importante garantir que não se perdia mais tempo, nem recursos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por explicar que aquando da definição desta estratégia tinha havido necessidade de criar condições com as várias entidades para o projeto avançar, uma vez que seria complicado para os presidentes abdicar de uma parte do investimento para colocar num projeto comum. Referiu ter reunido com a CCDR, ter falado com diversos membros de diferentes governos e de vários partidos, ao longo dos anos, de forma a convencê-los que tal era fundamental, envolveram-se vários parceiros, empresários e a academia, tendo sido dito que o projeto em curso pertencia ao INIAV. Estando-se a falar de um projeto de mais de 5 milhões de euros, em que metade era para requalificação de instalações e outra metade para equipamentos, e sendo que no futuro iria mais ao imaterial, no sentido de alocar investigadores, o senhor Presidente referiu que a CIMLT nunca tinha deixado de estar preocupada e insistir. Ainda assim, não tinha capacidade para chegar ao INIAV e forçá-lo a avançar com os concursos. Terminou dizendo que se pretendia recuperar o tempo perdido, com recurso às verbas deste novo quadro comunitário, enquanto donos do projeto.-----

conhecimento público que não existiam regiões, uma vez que nunca tinham sido reunidas as condições que o viabilizassem pelos partidos políticos com assento parlamentar. Destacou a culpa do PS e do PSD, que tinham personalidades nos seus órgãos nacionais que, ao serem Ministros e Secretários de Estado, não estavam disponíveis a abdicar do poder. Acrescentou que esta era a realidade do país, mas que a sua colaboração era aceite para solucionar os problemas das populações. Relativamente às brigadas, afirmou não ser sustentável do ponto financeiro manter duas, mantendo-se apenas uma brigada com contrato sem termo.

--- Submetida à votação a **Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 31 (PS, PSD, BE e Movimento 2021 É O ANO);-----

--- Abstenções: 7 (CDU).-----

--- De seguida foram lidas pela senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, as minutas das votações dos pontos constantes na Ordem do Dia, tendo sido todas as Minutas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

O PRESIDENTE DA MESA

Francisco Caneira Madelino

O VICE-PRESIDENTE DA MESA

Francisco Artur Gomes Barfan

Sessão Ordinária de 21 de abril de 2022

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2021.**-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2021**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 30 (PS, PSD e Movimento 2021 É O ANO);-----

--- Abstenções: 8 (CDU e BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2021.**-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2021**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 37 (PS, PSD, CDU e Movimento 2021 É O ANO);-----

--- Abstenções: 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento para 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2027, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2022-2027 agora revistas.**-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Primeira Revisão do Orçamento para 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2027, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2022-2027 agora revistas**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 30 (PS, PSD e Movimento 2021 É O ANO);-----

--- Abstenções: 8 (CDU e BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Quinto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, dando conhecimento que a CDU se abstinha nesta matéria, por considerar que a Comunidade Intermunicipal deveria desempenhar um papel acima do poder local, que seria a nível das regiões. Pediu ainda esclarecimento quanto ao relatório de atividades que mencionava duas brigadas de sapadores, enquanto na última reunião o Presidente do Conselho Intermunicipal tinha referido apenas uma brigada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que as Comunidades desempenhavam um conjunto de papéis, sendo de

Sessão Ordinária de 21 de abril de 2022

A SECRETÁRIA DA MESA

Dona Ralu

